



IDENTIDADE HÍBRIDA EM *MULHERES DE CINZAS*, DE MIA COUTO*

HYBRID IDENTITY IN *MULHERES DE CINZAS*, DE MIA COUTO

Denise Rocha¹

Resumo: Este estudo “Identidade híbrida em *Mulheres de cinzas* (2015), de Mia Couto“, está dividido em duas partes: 1) a situação histórica, geoestratégica e militar de Moçambique no final do século XIX e 2) os ecos no romance de Mia Couto, que aborda a questão do pertencimento híbrido e a crise de identificação social da negra Imani, uma mulher imersa nas relações de exploração no próprio clã e na ideologia colonial portuguesa. A pesquisa destaca, de um lado, os conceitos da “metaficção historiográfica” (Linda Hutcheon), da questão do híbrido (Cleonice Flois), da assimilação e da crise de identificação de jovem da etnia dos VaChopi e, de outro, a teoria da identidade cultural, de Stuart Hall, a da “dominação masculina”, de Pierre Bourdieu e a da “colonialidade do poder”, de Aníbal Quijano. Além das reflexões da escritora moçambicana, Paulina Chiziane, sobre a subalternidade da mulher, e as concepções do feminismo decolonial, segundo Maria Lugones.

Palavras-chave: Literatura moçambicana. Mia Couto. *Mulheres de cinzas*. Identidade. Metaficção historiográfica.

Abstract: The study Hybrid identity in *Mulheres de Cinzas* (2015), by Mia Couto, is divided into two parts: 1) the historical, geostrategic and military situation of Mozambique at the end of the 19th century and 2) the echoes in the novel by Mia Couto, which addresses the issue of hybrid belonging and the crisis of social identification of the black Imani, a woman immersed in the relations of exploitation in her own clan and in the Portuguese colonial ideology. The research highlights, on the one hand, the concepts of “historiographic metafiction” (Linda Hutcheon), the question of the hybrid (Cleonice Flois), assimilation and the crisis of identification of young people from the Vachopi ethnic group and, on the other hand, the theory of cultural identity, by Stuart Hall, that of “male domination”, by Pierre Bourdieu and that of “coloniality of power”, by Anibal Quijano. In addition to the reflections of the Mozambican writer, Paulina Chiziane, on the subordination of women, and the conceptions of decolonial feminism, according to Maria Lugones.

Keywords: Mozambican literature. Mia Couto. *Mulheres de cinzas*. Identity. Historiographic metafiction.

¹ Pesquisadora do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia. Doutora em Letras pela UNESP (2005) com pós-doutorado pela UFC (2017). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3906-2957>. E-mail: rocha.denise57@gmail.com.

* Artigo recebido em 05 de setembro de 2022. Aceito para publicação em 20 de novembro de 2022.

Introdução

A trilogia moçambicana, *As areias do imperador*, de Mia Couto, é composta por *Mulheres de cinzas* (2015), livro 1, por *A espada e a azagaia* (2016), *Sombras da água*, no Brasil - Livro 2, e por *O bebedor dos horizontes* (2017), Livro 3. No primeiro romance, os narradores ficcionais, Imani e Germano, evocam a trajetória e a queda do personagem histórico, Ngungunyane (designação dos VanChope) ou Gungunhana (nomeação lusa), soberano do território de Gaza, que viveu nos anos 1850-1906, que perpassa também as duas outras narrativas na condição de personagem fragilizado diante da aproximação dos lusos.

Na Nota introdutória de *Mulheres de cinzas*, Mia Couto esclarece sobre as suas funções - a de pesquisador sobre a história colonial de sua pátria e a de entrevistador de pessoas que eram parentes de testemunhas do final de Ngungunyane, para a preparação de sua trilogia:

Esta narrativa é uma recreação ficcional inspirada em factos e personagens reais. Serviu de fonte de informação uma extensa documentação produzida em Moçambique e em Portugal e, mais importantes ainda, diversas entrevistas efetuadas em Maputo e Inhambane. De todos os entrevistados, é justo destacar o nome de Afonso Silva Dambila, a quem devo expressar a minha profunda gratidão (MIA COUTO, 2015, p. 9).

Mulheres de Cinzas, uma prosa lírica, permeada por sonhos, provérbios, fábulas e citações de pessoas célebres e obras históricas, que tem características de oralidade e uso de expressões de línguas nativas, reflete um ambiente de medo dos brancos, dos mestiços e dos negros diante de uma latente guerra. Ela estava a ser preparada pelos portugueses para derrubar Ngungunyane e era anunciada com a chegada de gafanhotos. Tal atmosfera suspeita, concreta, mítica e onírica é vivida, principalmente, por dois subalternos da maquinaria colonial, Germano de Melo e Imani Nsambe: Ele, sargento português, anticlerical e degredado de Lisboa para Nkokolani, um vilarejo ficcional, localizado na fronteira com o Estado de Gaza, onde conhece a intérprete. Ela, católica e alfabetizada, membro dos *VaChopi (Chope)*, etnia não subalternizada aos *VanGuni (Guni)*, de Gaza, mas avassalada aos portugueses.

Imani e seus familiares, o pai Katini Nsambe, a mãe Chikazi Makwakwa e os dois irmãos, Dubula e Mwanatu, são marginalizados por seguirem o estilo de vida dos brancos, fato que revela a opção por uma identidade híbrida. A matriarca alertava sobre o uso da língua portuguesa:

A alma que lhe deram já não se sentava no chão. A língua que aprendera não era um modo de falar. Eram uma maneira de pensar, viver e sonhar. E nisso éramos parecidos, eu e ele. Os receios da nossa mãe

eram claros: de tanto comer a língua portuguesa, não teríamos boca para qualquer outra fala. E seríamos ambos devorados por essa boca. (MIA COUTO, 2015, p. 51).

O romance, que apresenta uma viagem pelo sul de Moçambique: a partida da capital litorânea, Lourenço Marques (atual Maputo), em direção ao vasto sertão de Inhambane, passando pelo rio Inharrime e chegando até Chicomo, mostra um mundo em transformação, de política imperial fragmentada (a de Carlos I e a de Ngungunyane) e de famílias desestruturadas por pais indiferentes e mães solitárias, como a de Germano, em uma aldeia fria no norte de Portugal, e a de Imani, em Nkokoloni, aldeia vizinha do quartel do sargento. A ele, a moça presta serviços de intérprete e domésticos e, a seu pedido, tenta ensinar sua língua materna, denominada pelo pai dela como “língua de pretos”. (MIA COUTO, 2015, p. 97). O confronto era entre dois mundos: o dos *mulungos*, os brancos em língua nativa, e o dos *cafres*, os negros na visão portuguesa.

Os protagonistas subalternos da política expansionista colonial lusa, Germano de Melo e Imani Nsambe, não compreendidos em suas respectivas sociedades, aproximam-se afetivamente. Trata-se de um lampejo de esperança para ela, diferenciada da “sina” das mulheres de sua aldeia, tratadas com brutalidade pelos homens, degradadas à cinza, sem cor e sem calor.

O lugar subalterno da mulher remete a um discurso masculino construído ao longo dos séculos, que consolida a opressão feminina, e é um dos temas do romance de Mia Couto: a jovem Nsambe sofre com a dominação dos homens da sua etnia, a dos VaChopi, e a dos colonizadores portugueses, o sargento Germano de Melo e o comerciante Francelino Sardinha.

Este artigo está dividido em duas partes: 1) a situação histórica, geoestratégica e militar de Moçambique no final do século XIX e 2) os ecos no romance de Mia Couto, que aborda a questão do pertencimento híbrido e a crise de identificação social de Imani, que como mulher está imersa nas relações de exploração na própria etnia, bem como na visão colonial portuguesa. A pesquisa destaca, de um lado, os conceitos da “metaficção historiográfica” (Linda Hutcheon), da questão do híbrido (Cleonice Flois), da assimilação e da crise de identificação de jovem da etnia dos VaChopi, avassalada aos portugueses e, de outro, a teoria da identidade cultural, de Stuart Hall, e a da “dominação masculina”, de Pierre Bourdieu, e a da “colonialidade do poder”, de Aníbal Quijano. Além das reflexões da escritora moçambicana, Paulina Chiziane, sobre a subalternidade da mulher, e as concepções do feminismo decolonial, segundo Maria Lugones.

Primeira parte: A Situação história: a queda do império de Gaza

A intitulada pelos portugueses de “Campanha de pacificação”, liderada por Mouzinho de Albuquerque, ocorrida no ano de 1895, para efetiva posse do território de Gaza, tinha como objetivo destruir o poder de Gungunhana, que deveria ser destronado e capturado.

A questão da exploração da riqueza mineral africana foi tema da Conferência de Berlim (1884-1885), pois algumas nações coloniais ocuparam alguns territórios, mas não tinham legitimado a posse com administração local e início de povoações. Por isso, foi feita a divisão de grande parte da África, e Portugal e França reivindicaram seus direitos na costa do Atlântico e do Índico, segundo Henri Brunschwig na obra *A Partilha da África Negra*. (BRUNSCHWEIG, 2006, p. 43). Na época, Portugal tinha recebido uma faixa de território que ia de Angola até Moçambique (contra-costa), um território demarcado e autenticado pelo Mapa cor de rosa.

O reino de Gaza, que abrangia o sul e o centro de Moçambique e parte da Rodésia, era alvo de interesse da Grã-Bretanha devido à descoberta de diamantes (1866), em Kimberley, na república *boer* do Transvaal (União Sul Africana). Para a otimização do comércio inglês foi construída a estrada de ferro Transvaal-Lourenço Marques (Moçambique), cujo porto era a principal saída marítima da região. Além disso, a coroa inglesa visava unir o Cairo, no Egito, à Colônia do Cabo, na África do Sul, ocupando Moçambique, de acordo com José Luís Cabaço em *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação* (CABAÇO, 2009, p. 62).

Os ingleses enviaram um ultimato ao rei D. Carlos I, que foi entregue em 11 de janeiro de 1890, com a exigência da retirada das tropas do Major Serpa Pinto do território do Alto Zambeze, em áreas dos atuais Zimbabwe e Zâmbia, que tinham sido consolidadas no Mapa rosa, de Portugal. O soberano cedeu e sua atitude foi vista como uma humilhação nacional. (ULTIMATO BRITANICO, s.d., p. 1). Os portugueses receavam perder outras regiões.

Os lusos haviam ocupado e administrado a partir da Ilha de Moçambique, mas o litoral sul e o interior estavam praticamente desocupados no contexto da administração colonial.

O inimigo Gungunhana



Gungunhana, prisioneiro dos portugueses (1895)

Fonte: https://proxy.europeana.eu/10501/bib_rnod_57801?view=https%3A%2F%2Ffactd.iict.pt%2Feserv%2Ffactd%3A-AHUD6737%2Fweb_n5311.jpg&disposition=inline&api_url=https%3A%2F%2Fapi.europeana.eu%2Fapi

O reino de Gaza era parte do Império de Ngungunyane ou Gungunhana (c. 1850-1906), da etnia dos *Nguni*, conhecida pelos portugueses como Vátua. Ele era considerado rebelde pela coroa lusa, por estabelecer relações com a Grã-Bretanha, embora tivesse um acordo de vassalagem com Portugal. Capturado por Mouzinho de Albuquerque durante as guerras de pacificação (dezembro de 1895), foi levado para Lisboa com seu tio Mulungo, o príncipe herdeiro Godide, Zixaxa, um régulo inimigo, a rainha e seis concubinas, e foram deportados para Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira dos Açores, onde ele foi alfabetizado, batizado e crismado. As mulheres foram degredadas para São Tomé. Todos esses fatos são ficcionalizados em *As areias do imperador*. O destronado morreu em 1906, com o nome Reinaldo Frederico Gungunhana, sem ter tido julgamento em tribunal de guerra.

Seus restos mortais (areias?) foram repatriados, em 1985, para Maputo, antiga Lourenço Marques, durante o governo de Samora Machel (1975-1986), em cerimônia de celebração como herói nacional. Mia Couto questiona, se a urna continha, de fato, os restos mortais dele, ao intitular sua trilogia de *As areias do imperador*. Na Nota Introdutória de *Mulheres de cinzas*, Mia Couto explica: “Existem, no entanto, várias versões que sugerem que não foram as ossadas do imperador que voltaram dentro da urna. Foram torrões de areia. Do grande adversário de Portugal restam areias recolhidas em solo português” (MIA COUTO, 2015, p. 9).

O romance, que aborda o relacionamento de Imani com Germano, tem como pano de fundo os eventos ocorridos, no amplo território do sul de Moçambique, dividido em duas partes: o império de Gaza, de Ngungunyane, localizado no interior, e as Terras da Coroa, do rei Carlos I -, no litoral. A obra menciona vários personagens históricos da cúpula administrativa e militar portuguesa em Lourenço Marques, muitos dos quais atuantes nas ações: Comissário Régio António Enes, Capitão Freire de Andrade, Capitão Sanches de Miranda, Coronel Eduardo Costa, Coronel Eduardo Galhardo, Tenente Paiva Couceiro e Tenente Ayres Ornelas.

De acordo com a narrativa, a cúpula portuguesa militar, reunida na capital Lourenço Marques, localizada no litoral do Oceano Índico, para tratar dos planos de captura de Ngungunyane, não se entende, não compreende as dificuldades para transporte de soldados, animais, canhões, carroças e equipamento bélico, medicinal e de provisões por Inhambane rumo à Nkokoloni e à corte estremecida do soberano. Dubula, o irmão assimilado de Imani, que se alistara ao exército do imperador, comenta:

- *Mais vale Ngungunyane do que um qualquer português.*

E explicava: o monarca *nguni* era um imperador já sem império; os brancos eram um império sem imperador. Um imperador termina quando morre; um império faz morada na nossa cabeça e permanece vivo mesmo depois de desaparecer. Era do inferno e não do demónio

que nos deveríamos defender. [...]

- *Se ganharem os VaNguni, eu sempre poderei ser alguém. Que pessoas seremos se ganharem os portugueses?* (MIA COUTO, 2015, p. 250 e 251)

Destacam-se ainda outros atores históricos: o Conselheiro José d'Almeida, Intendente português junto ao Estado de Gaza, e Mariano Fragata, seu adjunto, o Imperador Ngungunyane, Maguiguana, comandante do seu exército, e Binguane, régulo dos Choipe. Além de Diocleciano das Neves, o caçador de elefantes.

Fato é que, para se compreender a obra de Mia Couto, não é necessário ter conhecimentos anteriores sobre a História de Moçambique, devido à clareza do texto sobre tais episódios das Campanhas da África (1894 e 1895), nos quais se destaca o Capitão Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque (1855-1902), oficial de Cavalaria, responsável pela campanha de pacificação nos territórios no sul de Moçambique. Captor de Ngungunyane, ele se torna personagem literário e é admirado por uma estrangeira, a italiana Bianca; ambos partícipes da trilogia, *As areias do imperador*, que tem elementos do romance histórico contemporâneo, segundo Hutcheon.

Uma das tendências literárias da literatura pós-1980 foi a publicação de obras que revisitavam a historiografia hegemônica de países colonizadores, principalmente, na América e na África. Linda Hutcheon na obra, *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*, destaca dois aspectos desse movimento estético: 1) as relações entre a narrativa histórica e a ficcional, o caráter metadiscursivo e sua relação com a historiografia; 2) a “presença do passado” e suas revisitações intertextuais, dialógicas, auto-reflexivas, paródicas, irônicas e didáticas; e 3) a possibilidade de contestações e adulterações dos eventos descritos pela historiografia oficial.

No capítulo *Historicizando o pós-moderno: a problematização da história*, Hutcheon enfatiza: “a ficção e a história são discursos”, “sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado” e “o sentido e a forma não estão nos acontecimentos, mas nos sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado”. (1991, p. 122). Assim, no romance pós-moderno, com elementos metaficcionais, apontados por Hutcheon, como *Mulheres de cinzas*, percebe-se que Mia Couto consolidou as novas possibilidades de escrita da história de Portugal, baseado nos episódios descritos por dois subalternos sobre as guerras de pacificação em Moçambique, bem como fez a opção pela elaboração de protagonistas “ex-cêntricos”, como a nativa Imani e o português Gemanio.

No exílio moçambicano, em quartel decadente, na companhia da galinha Castânia, o rapaz, leitor de Antero de Quental e de Guerra Junqueiro, faz inúmeras confidências ao seu serviçal, o Mwanatu, irmão de Imani, sobre sua participação no levante contra a monarquia, a prisão, o julgamento e o desespero pela condenação no Índico. E a assimilada Imani sofre por causa da inveja das moças, da recusa dos rapazes e da pressão familiar para se tornar esposa e mãe.

Segunda Parte: o pertencimento híbrido

O frágil mundo emocional de Imani e Germano abala-se ainda mais com dois amplos acontecimentos crescentes militares por causa de territórios: os dos portugueses, alojados no litoral, que querem ocupar o interior do sul moçambicano, que pertence à dinastia de Ngungunyane, e os planos dele para expulsar os usurpadores. Imani relatou:

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretensos proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. O exército dos VaNguni era bem mais numeroso e poderoso. E mais fortes eram os seus espíritos, que mandavam nos dois lados da fronteira que rasgou a nossa terra ao meio. De um lado, o Império Gaza, dominado pelo chefe dos VaNguni, o imperador Ngungunyane. Do outro lado, as Terras da Coroa, onde governava um monarca que nenhum africano haveria nunca de conhecer: Dom Carlos I, o rei de Portugal (MIA COUTO, 2015, p. 17).

Durante os preparativos bélicos de enfrentamento aos portugueses, Ngungunyane ordena a mudança da capital Mossurize para Manjankhasi, e imensos cortejos passam perto de Nkokoloni e perturbam a todos, bem como a violenta invasão do povoado por um contingente do exército de imperador, formado por membros de etnias subjugadas, como a dos VaNdau, a dos Makwakwa e a dos Bila, para saque de armas e alimentos e perturbação das mulheres.

Um entrelaçamento estético compõe a dupla estrutura narrativa sobre episódios coloniais, ocorridos nos anos 1894 e 1895, que tem vinte e nove capítulos enumerados: os relatos de Imani para aqueles que não têm escrita, que são alternados com as cartas de Germano ao superior, elaboradas em tom amargo à monarquia expansionista no Oceano Índico e à guerra anunciada.

A moça escreveu quinze narrativas: *Desenterradas estrelas*; *A página do chão*; *O sargento que escutava rios*; *Nas asas de morcegos*; *Recados dos mortos, silêncio dos vivos*; *O pecado das mariposas*; *Entre juras e promessas*; *Um rei em pó*; *Um relâmpago vindo da terra*; *Cavalos brancos, formigas pretas*; *Um irmão feito de cinza*; *Um morcego sem asas*; *Terras, guerras, enterros e desterrados*; *O voo das mãos* e *A estrada de água*. E Germano, que elaborou catorze missivas (de novembro de 1894 a agosto de 1895), era um republicano militar, que se colocava contra o projeto colonial luso de conquista de territórios de além-mar, na África, em regiões conhecidas pelos portugueses na época como Etiópia.

Na abertura da narrativa, antes do Sumário e da Nota introdutória, Mia Couto, inclui uma citação de João de Barros, autor da *Grammatica da Língua Portuguesa* (1540) e outras obras:

“Mas parece que por nossos pecados, ou por algum inescrutável julgamento de Deus, em todas as entradas desta grande Etiópia que naveguemos, Ele colocou um anjo com espada flamejante de febres mortais, que nos impede de penetrar nas primaveras de seus jardins de onde precedem os rios de ouro que correm para o mar...” João de Barros (MIA COUTO, 2015, p. 5)

A reflexão de Barros, permeada de simbologia religiosa, evoca uma cena transcendental e apocalíptica: Nas entradas da grande Etiópia existe um “anjo com espada flamejante de febres mortais”, que não permite a passagem dos lusos em busca dos rios de ouro em território alheio. Tal trecho dialoga com a epígrafe da abertura do romance, *Mulheres de cinzas*, ao mostrar imagens de Moçambique também invadido pelos portugueses, cuja estrada/entrada materializou-se em espada cortante que dilacerou a terra e a tatuou de forma brutal: “A estrada é uma espada. A sua lâmina rasga o corpo da terra. Não tarda que a nossa nação seja um emaranhado de cicatrizes, um mapa feito de tantos golpes que nos orgulharemos mais das feridas que do intacto corpo que ainda conseguimos salvar” (MIA COUTO, 2015, p. 11).

A ação do Livro 1 da trilogia inicia-se, segundo Imani, com a transformação no cotidiano de Nkokolani, subordinado a Portugal, com a aproximação de soldados coletores de impostos de Ngungunyane. E com a invasão da capital Lourenço Marques pelos rebeldes landins (1894), um fato histórico, na perspectiva de Germano, recém-chegado para cumprir pena de degredo.

A parte final do Livro 1 apresenta a viagem do sargento, ferido nas mãos, durante confronto com homens de Nkokoloni que tentavam roubar as armas do quartel para combaterem os soldados do Imperador. Ele estava sendo acompanhado pela sua hóspede, a italiana Bianca, por Imani, o pai e o irmão dela, rumo ao hospital de campanha do médico e missionário suíço, Dr. Liengme (personagem histórico), considerado inimigo número um de Lisboa, por defender os interesses dos nativos. A comunidade missionária protestante estava localizada junto de Manjankhasi, a corte de Ngungunyane, o qual sofria de doenças físicas e psicológicas por causa do medo de perder o trono.

A jovem Imani era neta de Tsangatela e Layeluane (lado paterno), e filha de Katini e Chikazi, que era irmã de Musisi, marido de Rosi. A jovem narradora tem dois irmãos vivos, Mwanatu e Dubula, e três irmãs mortas pelas águas. Eles viviam na missão litorânea de Makomani do Padre Rudolfo, onde aprenderam o modo de vida dos portugueses. Somente os filhos foram alfabetizados, fato que deixava o pai com inveja, principalmente, da filha.

O avô Tsangatelo Nsambe, tradicional dono de caravanas do interior, que comercializava escravos, depois passou a carregar materiais para os portugueses, e adentrou com familiares ao modo de vida europeu. Diante de exigências dos colo-

nizadores para que passasse a transportar para o sertão grande número de armas mortais, que aniquilariam as dos nativos, ele fugiu com os familiares para Nkokoloni que era um vilarejo de sua etnia, situado nas Terras da Coroa. O avô abandonou a todos e imigrou para trabalhar no *Diamond*, designação das minas de diamantes na África do Sul, nas terras do *Rand*, a fim de receber libras esterlinas que tinha se tornado o pagamento, principalmente, para o loboto, o dote de casamento.

Nas cercanias de Nkokoloni havia a construção inacabada de um quartel. Em uma parte dele foi montada uma cantina (armazém) pelo português Francelino Sardinha, que comercializava quinquilharias e uma bebida alcoólica com o rótulo “vinho para o preto”, bem como enxadas, que eram utilizadas no cultivo do arroz, ao invés das tradicionais mapira e mexoeira. E em outra parte foi instalado um micro posto militar, onde se instalou o sargento Germano, para proteger os interesses de Portugal. Filho único de um casal, que o enviou muito jovem para a Escola do Exército e nunca o visitou, o rapaz foi degredado para o sertão de Inhambane.

Dois nativos, falantes de língua portuguesa, foram a ele designados. Imani atuava como intérprete, e seu irmão, Mwanatu servia como sentinela, com uniforme adaptado e arma avariada. E, pelas águas do rio Inharrime, o rapaz levava os relatórios-cartas do chefe até Chicomo, localizado no distrito de Inhambane, locais verídicos.

A jovem de quinze anos, que sofria como todas as mulheres do seu clã, sentiu a opressão feminina também no contato com os portugueses.

A violência e a inferioridade da mulher em religiões *bantu*

A cultura da coação social e doméstica apresentada em *Mulheres de cinzas* é tema da obra *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*, de Pierre Bourdieu:

[...] Cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizar todos os atos ao mesmo tempo, breves, perigosos e espetaculares [...]. As mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, vêem ser-lhes atribuído todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados ou escondidos ... [...] Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios guardarem os mesmos apelos às ordens silenciosas, as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica. [...] Elas estão confinadas a dar, a todo instante, aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada (p. 42).

A opressão verbal e física, mencionada por Bourdieu, era vivenciada pelas mulheres da etnia de Imani, conforme foi exemplificada pela mãe dela, Chikazi: “É

assim, desde que a mulher é mulher. Prepara-se para ser espancada você também”. E acrescentou que a avó corria pelos campos, de braços abertos, esperando que uma descarga elétrica a fulminasse: “Cinzas, poeiras e fuligem: era o que ela sonhava vir a ser. Era esse o desejado destino: tornar-se indistinta poalha, leve, tão leve que o vento a faria viajar pelo mundo”. A avó morreu destruída por um relâmpago, conforme sempre desejou: “sem corpo, sem peso, sem réstia para sepultar. Como se uma morte não sofrida apagasse o sofrimento todo de uma vida”. (MIA COUTO, 2015, p. 26 e 27).

Em relação à identidade feminina em Moçambique, segundo a cosmovisão ancestral, Paulina Chiziane em *EU MULHER... por uma nova visão do mundo* (1992), destaca:

Nas religiões *bantu*, todos os meios que produzem subsistência, riqueza e conforto como a água, a terra e o gado, são deificados, sacralizados. A mulher, mãe da vida e força da produção da riqueza, é amaldiçoada. Quando uma grande desgraça recai na comunidade em forma de seca, epidemias, guerra, as mulheres são severamente punidas e consideradas as maiores infractoras dos princípios religiosos da tribo pelas seguintes razões: são os ventres delas que geram feiticeiros, as prostitutas, os assassinos e os violadores de normas. Porque é o sangue podre das suas menstruações, dos seus abortos, dos seus nado-mortos que infertiliza a terra, polui os rios, afasta as nuvens e causa epidemias, atrai inimigos e todas as catástrofes (CHIZIANE, 2013, p. 6).

A consolidada sina cruel feminina, na cosmovisão africana acima referendada pela escritora moçambicana, atribui à mulher todos os tipos de infortúnios, causadas pela natureza e pela biologia feminina.

A subalternização no clã e a nomeação de Imani

Na ocasião do nascimento de Imani, em Makomani, houve problemas com a nomeação. A moça gestante ouve “o nome do recém-nascido que vem de um sussurro que se escuta antes de nascer. No ventre materno não se tece apenas um outro corpo. Fabrica-se a alma, a *moya*. Ainda na penumbra do ventre, esse *moya* vai-se fazendo a partir das vozes dos que já morreram”. No caso da jovem, que nasceu em Makomani, foi a ela “soprado o nome de Layeluane, a minha avó paterna”. O pai foi consultar um adivinho que não “confirmou a legitimidade do batismo”, mas o segundo disse que estaria tudo em ordem. (MIA COUTO, 2005, p. 15 e 16). A menina, entretando, não parava de chorar, os familiares acreditavam que a nomeação era errada e foi ouvida a tia Rosi, a adivinha da família:

[...] Depois de lançar os ossículos mágicos, a nossa tia assegurou: “No caso desta menina, não é o nome que está errado; a vida dela é que precisa ser acertada”.

Desistiu o pai das suas incumbências. A mãe que tratasse de mim. E foi o que ela fez, ao batizar-me de “Cinza”. [...] (MIA COUTO, 2015, p. 16).

A questão da escolha do nome causou desacertos na família de Imani, que foi nomeada de *Layeluane*, de *Cinza* e depois de *Viva*: “Depois de as minhas irmãs falecerem, levadas pelas grandes enchentes, passei ser chamada de “a Viva”. [...] Não era um nome. Era um modo de não dizer que as outras filhas estavam mortas” (COUTO, 2015, p. 16 e 17):

O resto da história é ainda mais nebuloso. A certa altura o meu velho reconsiderou e, finalmente, se impôs. Eu teria por nome um nome nenhum: *Imani*. A ordem do mundo, por fim, se tinha restabelecido. Atribuir um nome é um ato de poder, a primeira e mais definitiva ocupação de um território alheio. Meu pai, que tanto reclamava contra o império dos outros, reassumiu o estatuto de um pequeno imperador (MIA COUTO, 2015, p. 16 e 17).

A etnia de Imani permitia a poligamia, mas o pai da moça somente tinha uma esposa, uma atitude que Chikazi não compreendia:

[...] Não sou como esses VaTsongas que acumulam mulheres como se fossem cabeças de gado... Além disso, escolhemos ser civilizados, não foi?
 - Escolheu você. E por causa da sua escolha os nossos filhos desistiram de nós...
 - Ainda temos Imani.
 - Imani vai sair. Aliás, já há muito que ela não está aqui.
 Falava como se não me enxergasse. Acheguei-me e toquei-lhe no braço:
 - Estou aqui, mãe.
 - Você já saiu, filha. Você fala conosco em português, dorme com a cabeça para o poente. E ainda ontem falou da sua data de aniversário.
 Onde aprendera eu a medir o tempo? Os anos e os meses, disse ela, têm nomes e não números. [...]
 Mais grave ainda era a minha alienação: os sonhos de amor que tivesse não seriam na nossa língua, nem seriam com a nossa gente. Foi assim que a mãe falou. [...]. (MIA COUTO, 2015, p. 48).

Por já ter quinze anos, Imani já deveria ser mãe, mas: “Apenas eu parecia condenada a um destino seco. Afinal, não era apenas uma mulher sem nome. Era um nome sem pessoa. Um desembrulho. Vazia como meu ventre” (MIA COUTO, 2015, p. 19).

Além da obrigatoriedade de ser mãe jovem, Imani lastimava: “Eu era mulher e as mulheres de Nkokoloni devem pertencer a alguém para deixarem de ser ninguém. É por isso, que às moças solteiras se atribui o nome de *lamu*, palavra que significa “aquela que espera”. É um modo de dizer que seremos pessoas apenas depois de sermos esposas” (MIA COUTO, 2015, p. 204).

Em Nkokoloni, a católica mãe de Imani, mantendo a tradição, rezava e ofertava para os espíritos, os *chicuembo*s, e diariamente recolhia os seis sóis que caíam na planície, trazia-os para casa e enterrava-os junto à mafurreira, na qual a comunidade amarrava panos brancos para falar com os antepassados, até que um dia o horror chegou caminhando com botas de couro:

Certa vez, a manhã já peneirada, uma bota pisou o Sol, esse Sol que a mãe havia eleito. Era uma bota militar, igual à que os portugueses usavam. Desta vez, porém, quem a trazia calçada era um soldado *nguni*. O soldado vinha a mando do imperador Ngungunyane. Os imperadores têm fome de terra e os seus soldados são bocas devorando nações. Aquela bota quebrou o sol em mil estilhaços. E o dia ficou escuro. Os restantes dias também. Os sete sóis morriam debaixo das botas dos militares. A nossa terra estava a ser abocanhada. Sem estrelas para alimentar os nossos sonhos, nós aprendíamos a ser pobres. E nos perdíamos da eternidade. Sabendo que a eternidade é apenas o outro nome da Vida (MIA COUTO, 2015, p. 15).

A mãe de Imani, casada com um homem fraco, alcoólatra e violento, explicava à filha que o genitor tinha ciúmes delas: “- De mim, por não lhe dar toda a atenção; de si, porque foi educada pelos padres. Você pertence a um mundo onde ele nunca poderá entrar”. (MIA COUTO, 2015, p. 27) A sofrida mãe foi totalmente transformada, quando seu amado filho Dubula alistou-se no exército de Ngungunyane e morreu na guerra e, por isso, ela pendurou-se em uma árvore e deu fim a sua vida:

Na madrugada de domingo, a mãe amanheceu pendurada na grande árvore do *tsontso*. Parecia um fruto seco, um morcego escuro e murcho. [...] Sob a larga copa, ele [Katini] se sentou a contemplar o corpo como se esperasse que dele brotassem folhas.

-Não está morta. A vossa mãe apenas arvoreou. [Itálico utilizado por Mia Couto]

De quando em quando a brisa fazia mover o cadáver. Parecia uma dança, dessas com que tantas vezes nos brindava. Ao anoitecer perguntei:

-Vamos deixá-la ali? Os bichos vão comê-la.

Estava escuro. Não dei pela chegada do sargento, que proclamou horrorizado: tirem dali aquele corpo! Imediatamente!

Mwanatu, como sempre, correu a obedecer. O meu velho, porém, ergueu o braço sentenciou;

-Ninguém faz coisa nenhuma. Aquilo não é um corpo. Aquela é Chikazi, a minha mulher.

O sargento Germano cirandou, desamparado, em redor da árvore. [...]

-Por amor de Deus, Imani, peça a seu pai que a levem para a igreja.

-Levá-la para a igreja? –ripostou o meu velho.

-Mas ela já está numa igreja. A nossa igreja é essa árvore (MIA COUTO, 2015, p. 279 e 280).

A guerra de Ngungunane contra os VaChopi, que eram avassalados aos portugueses, consolidou a extrema violência externa contra as mulheres, em Nkokoloni: “A diferença entre a Guerra e a Paz é a seguinte: na Guerra, os pobres são os primeiros a serem mortos; na Paz, os pobres são os primeiros a morrer. Para nós, mulheres, há ainda uma outra diferença: na Guerra, passamos a ser violadas por quem não conhecemos” (MIA COUTO, 2015, p. 107).

Uma guerra familiar começou a ser travada entre Imani e seu pai, o qual tentava persuadi-la a se oferecer sexualmente a Germano:

[...] *E digo uma coisa: se, algum dia, esse branco quiser algo mais de si, você já sabe.*

- *Não entendo, pai.*

- *O que estou a dizer é muito simples: você tem que ser para ele o que todas as mulheres são neste mundo. Entende?*

Em silêncio, finquei os pés na areia como se estancasse um rio. E era o choro que eu estancava. Melhor teria sido deixar o pranto acontecer. Dizia a nossa mãe que, quando choramos, a alma segue o exemplo da Terra, sob a chuva: torna-se barro. E o barro dá-nos casa, o barro é quem molda a nossa mão (MIA COUTO, 2015, p. 97).



Moça com capulana, etnia maconde

Fonte: <https://d4capulana.wordpress.com/2013/10/20/a-capulana-na-etnia-maconde>

Depois da morte da mãe, Imani assumiu os trabalhos domésticos e, em certa ocasião, quando estava a servir o jantar ao irmão Mwanatu, e ao pai Katini, este, de forma aviltante, exigiu que a mesma se despisse de sua capulana:

[...] *Você, minha filha, anda muito esperta, a sonhar muito longe daqui. Diga-me uma coisa Imani: esse branco olha para si? Alguma vez já lhe tocou?*

- *Pai, por favor...*

- *Caluda. Não mandei que tirasse a roupa? – lembrou.*

Desatei o pano que trazia preso à cintura e, completamente despida, deixei-me ficar imóvel, os braços perfilados e m pose de soldado. [...]
- Está magra, parece uma bala – comentou o pai. [...]
- Balas são coisas vivas. É por isso que matam, é porque estão vivas. E você, minha filha, você parece uma coisa morta.
E concluiu: nenhum branco a vai querer assim, tão sem polpa, tão sem corpo. Agora que a mãe já não estava conosco não voltasse a dizer que era escanzelada de nascença.
- Se é magra vai deixar de ser. Até porque você tem as tatuagens bem marcadas na cintura, nas coxas. Já viu Mwanatu?
- Eu não posso olhar, pai.
- Mas você já olhou bem o seu corpo – atalhou Katine Msambe. – E sabe que nenhum homem resiste a essas tatuagens. Esse português sabe, assim, que você não vai escorregar quando ele...
- Os portugueses têm outros costumes...
- Chega, Imani. Agora venha aqui, venha beber que é para esquecer quem você é: uma pobre preta, com cheiro da terra. Amanhã regressa a casa desse português e ponha a cabeça desse estrangeiro a andar às voltas como as labaredas dessa fogueira (MIA COUTO, 2015, p. 302 e 303).

Ela sabia: ”sim, sou uma bala tatuada. Vou disparar-me ao encontro do coração desse homem. E vou-me embora para sempre desta maldita aldeia” (MIA COUTO, 2015, p. 302 e 303).

A assimilação da família Nsambe: a identidade cultural híbrida

Na trilogia *As areias do imperador*, Mia Couto elabora uma protagonista, que se porta como civilizada e assimilada: as duas expressões eram utilizadas na política colonial, com o propósito de avassalar os súditos africanos, asiáticos ou americanos, a fim de dominar e de unificar. Tal concepção nacionalista colonial revela a ideologia da portugalidade, que é um conceito cunhado por Alfredo Pimenta, na obra *Em Defesa da Portugalidade*, publicado em 1947, na época da ditadura de Salazar. Trata-se da ideia de pertencimento a Portugal.

A postura social do assimilado esbarra na tradição de etnias como os *VaChopi*, a de Imani Nsambe, cujos pais são orgulhosos da adaptação familiar, mas não abdicam de alguns elementos da tradição tribal. Trata-se do conceito do “sujeito fragmentado da pós-modernidade”, segundo Stuart Hall em *A identidade cultural na pós-modernidade*, que pode ser aplicado à conduta da protagonista ficcional, Imani. Hall enfatiza a expressão “identificação” ao invés de “identidade”:

[...] em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através

das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude (HALL, 2006, p. 39).

Para Hall, o sujeito pós-moderno não teria uma identidade única e estável, mas sim híbrida e mutável. Mia Couto indica em sua obra episódios de identidade híbrida, como o momento em que Katini, pai de Imani lhe explica sobre sua condição identitária, ao narrar uma fábula que tinha ouvidos dos avós sobre as pretensões de um animal híbrido, o morcego:

[...] Naquele tempo, os morcegos cruzavam os céus com a vaidade de se acreditarem criaturas sem semelhança neste mundo. Certa vez, um morcego tombou ferido numa encruzilhada de caminhos. Passaram por ali os pássaros e disseram: *olha, um dos nossos! Vamos ajudá-lo!* E levaram-no para o reino dos pássaros. O rei das aves, porém, ao ver o morcego moribundo, comentou: *ele tem pelos e dentes, não é dos nossos, levem-no daqui para fora.* E o pobre morcego foi depositado no lugar onde havia tombado. Passaram os ratos e disseram: *olha, é um dos nossos, vamos salvá-lo!* E conduziram-no à presença do rei dos ratos, que proclamou: *tem asas, não é dos nossos. Levem-no de volta!* E conduziram o agonizante morcego para o fatídico entroncamento. E ali morreu, só e desamparado, aquele que quis pertencer a mais do que um mundo.

Era evidente a moralidade da fábula. Por isso estranhei a sua pergunta, no final:

- Entendeu, filha?

- Acho que sim.

- Duvido. Porque esta história não é sobre morcegos. É sobre você, Imani. Você e os mundos que se misturam dentro de si (MIA COUTO, 2015, p. 88 e 89).

Imani e seus dois irmãos foram civilizados e assimilados na Escola da Missão, chefiada pelo Padre Rodolfo, na litorânea Makomani, onde adquiriram elementos da portugalidade, como a língua, o catolicismo, o uso de roupas e calçados, a alfabetização, o estilo de moradia e decoração etc. Ao mesmo tempo, seus orgulhosos pais mantiveram costumes tradicionais, principalmente, os de raiz ritualística e os de ancestralidade-espiritual, como a tatuagem no ventre feminino e a maternidade precoce. A família tinha identidade híbrida e teve dificuldades de adaptação e de aceitação quando se mudaram para Nkokoloni.

Na missão litorânea de Makomani, Imani, que recebeu tatuagens no ventre e nas coxas, assimilou com familiares o estilo de vida dos portugueses. Este comportamento surpreendeu os moradores de Nkokolani, que embora avassalados aos portugueses, mantinham as tradições: “Eu e a mãe éramos as únicas mulheres

que não vestiam os *sivanyula*, os tecidos de cascas de árvores. As nossas vestes, compradas na cantina do português, cobriam o nosso corpo, mas expunham-nos à inveja das mulheres e à cobiça dos homens” (MIA COUTO, 2015, p. 20 e 21).

A moradia familiar chamava a atenção de todos, pois tinha a arquitetura e decoração colonial portuguesa, revelando a posição dos moradores, a de ser conveniente com a ocupação lusa e a de assimilar sua cosmovisão:

[...] A inveja escolhera o nosso lugar como moradia, Apesar de feita de pau e argila, a nossa casa era única na aldeia. As paredes eram caiadas e as portas pintadas com motivos garridos. O amplo espaço interior, as múltiplas divisões, o formato retangular, a vasta varanda na parte dianteira: tudo isso nos fazia diferentes.

Nas restantes residências havia muito que se tinham apagado as tradicionais lamparinas, os *xipefos* alimentados a óleo de *mafurra*. No alpendre da nossa casa, dois candeeiros a petróleo sinalizavam os privilégios da nossa família, o clã dos Nsambes (MIA COUTO, 2015, p. 137).

Outros hábitos portugueses assumidos pelos Nsambe foi o banho em casa e não nos rios: “A nossa família fazia como os europeus: no pátio juntávamos bacias e baldes”. (MIA COUTO, 2015, p. 202). Além disso, os produtos ofertados na cantina de Francelino incentivavam a adoção de um estilo de vida luso, como tomar vinho, comer arroz e milho que eram cultivados em Nkokoloni, ao invés de mapita e mexoeira. Musisi, tio de Imani, dizia: “nós já imitávamos os invasores. E fazíamos-lo no que é mais visceral: comíamos o que eles comiam”. (MIA COUTO, 2015, p. 135). A tribo dos *VaChope* (*Chope*), nome que significava destreza no uso do arco e da flecha (MIA COUTO, 2015, p. 86), tinha se adaptado aos lusos, no uso de armas de metal.

Na missão litorânea de Makomani, Imani, que recebeu tatuagens no ventre e nas coxas, assimilou com familiares o estilo de vida dos portugueses. Este comportamento surpreendeu os moradores de Nkokolani, que embora avassalados aos portugueses, mantinham as tradições: “Eu e a mãe éramos as únicas mulheres que não vestiam os *sivanyula*, os tecidos de cascas de árvores. As nossas vestes, compradas na cantina do português, cobriam o nosso corpo, mas expunham-nos à inveja das mulheres e à cobiça dos homens” (MIA COUTO, 2015, p. 20 e 21).

A moradia familiar chamava a atenção de todos, pois tinha a arquitetura e decoração colonial portuguesa, revelando a posição dos moradores, a de ser conveniente com a ocupação lusa e a de assimilar sua cosmovisão:

[...] A inveja escolhera o nosso lugar como moradia, Apesar de feita de pau e argila, a nossa casa era única na aldeia. As paredes eram caiadas e as portas pintadas com motivos garridos. O amplo espaço interior, as múltiplas divisões, o formato retangular, a vasta varanda na parte dianteira: tudo isso nos fazia diferentes.

Nas restantes residências havia muito que se tinham apagado as tradicionais lamparinas, os *xipefos* alimentados a óleo de *mafurra*. No alpendre da nossa casa, dois candeeiros a petróleo sinalizavam os privilégios da nossa família, o clã dos Nsambes (MIA COUTO, 2015, p. 137).

Outros hábitos portugueses assumidos pelos Nsambe foi o banho em casa e não nos rios: “A nossa família fazia como os europeus: no pátio juntávamos bacias e baldes”. (MIA COUTO, 2015, p. 202). Além disso, os produtos ofertados na cantina de Francelino incentivavam a adoção de um estilo de vida luso, como tomar vinho, comer arroz e milho que eram cultivados em Nkokoloni, ao invés de mapita e mexoeira. Musisi, tio de Imani, dizia: “nós já imitávamos os invasores. E fazíamos-lo no que é mais visceral: comíamos o que eles comiam”. (MIA COUTO, 2015, p. 135). A tribo dos *VaChope* (*Chope*), nome que significava destreza no uso do arco e da flecha (MIA COUTO, 2015, p. 86), tinha se adaptado aos lusos, no uso de armas de metal.

Na obra *Contextualizações estéticas e históricas em Mulheres de cinzas, de Mia Couto*, Cleonice A. L. Flois destaca: “Esse novo que emerge da obra é o híbrido que se vê nas personagens que se deslocam de si mesmas e se reterritorializam refigurando o tempo que se conhece bem com o espaço, pois a medida que o indivíduo se faz novo, o ambiente e o tempo em que ele está inserido também se transmuta”. Para Flois: “As vozes da margem que as obras do autor suscitam são as vozes periféricas, são as vozes femininas que estruturam sua ficção” (2020, p. 346).

A alfabetização e o lugar de fala de Imani

O militar Germano de Melo e o civil Francelino Sardinha, oriundos da sociedade patriarcal portuguesa, consideravam a negra Imani, como uma subalterna de raça inferior, que por saber ler e escrever, constituía uma ameaça latente à consolidação, de fato, do projeto colonizador.

A ideologia da superioridade masculina europeia mencionada reflete-se no conceito da colonialidade do poder, enunciado por Aníbal Quijano na obra *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, na qual destaca: “a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (p. 117).

Em diálogo com a obra de Quijano, Maria Lugones, nos ensaios, *Rumo a um feminismo decolonial e Colonialidade e gênero*: por um feminismo decolonial, afirma a centralidade da categoria gênero ao lado da categoria raça para compreensão do sistema colonial de poder e de conhecimento. Lugones utiliza o termo

colonialidade para nomear, classificar pessoas e “pensar sobre o processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa de transformar o colonizado em menos que humano” (LUGONES, 2019, p. 361).

Os conceitos “colonialidade do poder” e o de “colonialidade de gênero” perpassam o romance de Mia Couto, que dá voz a à sua protagonista negra, que entende a causa de ter sido alfabetizada pelo Padre Rodolfo, na Escola de Missão, em Makomani: “Agora entendo: aprendi a escrever para melhor relatar o que vivi. E nesse relato vou contando a história dos que não têm escrita”. (MIA COUTO, 2015, p. 342). Ela apresenta-se aos futuros leitores de suas memórias, publicadas na trilogia *As areias do Imperador*:

Chamo-me Imani. Este nome que me deram não é um nome. Na minha língua materna “*Imani*” quer dizer “*quem é?*” Bate-se a uma porta e, do outro lado, alguém indaga:

- *Imani?*

Pois foi essa indagação que me deram como identidade. Como se eu fosse uma sombra sem corpo, a eterna espera de uma resposta (MIA COUTO, 2015, p. 17).

A jovem narra sobre a violência perpetrada contra sua identidade feminina, a de não ter nome algum, graças ao pai, um alcoólatra inveterado, que usava botas, surrava a esposa e fabricava marimbas, ocupando um espaço marginal na aldeia. E acrescenta:

Não sei porque me demoro tanto nestas explicações. Porque não nasci para ser pessoa. Sou uma raça, sou uma tribo, sou um sexo, sou tudo que me impede de ser eu mesma. Sou negra, sou dos VaChopi, uma pequena tribo no litoral de Moçambique (MIA COUTO, 2015, p. 17).

Segregada na povoação, por saber ler e escrever, causando inveja nas moças por ser muito atraente, e indiferença nos rapazes, por ser assimilada, o destino de Imani parecia indicar uma vida de solidão permanente. Seus estudos em Makomani, entretanto, lhe abriram as portas ao mundo dos portugueses, sua cultura, sua religião e sua língua, que lhe proporcionaram conhecer e trabalhar para o sargento Germano, de olhos azuis, sem irmãos, rejeitado pelo pai desde o nascimento e enfiado em uma Escola do Exército, sem jamais ter revisto os genitores.

Designada para ser intérprete e para fazer serviços domésticos no quartel, a moça foi humilhada pelo português Francelino Sardinha, proprietário de cantina-armazém que funcionava no anexo do prédio. Ele era um cafrealizado, um estrangeiro aculturado à cultura africana. Cafrealização é “uma designação utilizada a partir do século XIX para caracterizar de maneira estigmatizante os portugueses

que, sobretudo na África Oriental, se desvinculavam de sua cultura e seu estatuto civilizado para adotar os modos de viver dos cafres, os negros agora transformados em primitivos e selvagens“, segundo Boaventura Souza Santos em *Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade*. (2003, p. 35).

Francelino Sardinha, que tinha sido rebatizado como Musaradina, o cafre branco, ao humilhar a moça, foi repreendido por Germano:

[...] -Tu catraia, ficas aí fora. Aqui dentro, já sabes, vocês não entram.
 - E por que é que ela não entra? – inquiriu o militar.
 - É que aqui, meu caro sargento, eles já sabem: aqui há regras. Aqui esta gente não entra.
 - As regras, a partir de agora, quem as dita sou eu – afirmou o sargento. Esta rapariga fala português melhor do que muitos portugueses. Pois ela veio comigo, e ela vai entrar comigo.
 - Bom, está bom, se assim Vossa Excelência manda – E, de costas viradas, voltou a dirigir-me: Senta-te aí, na cozinha, nessa cadeirinha.
 [...]. (MIA COUTO, 2015, p. 65).

No decorrer da ação, Germano teme que o conhecimento de leitura de Imani possa facilitar seu conhecimento do teor dos documentos secretos provenientes da cúpula de Lourenço Maruques, e poderia trazer perigos para sua missão militar, a de controlar os súditos de Nkokoloni. Em carta de 10 de junho de 1895 ao Conselheiro José d’Almeida, ele confessa:

[...] Não devia, no entanto, ter permitido que me arrumasse o quarto. Mas o mal, se é que existe, já está feito. E não há um dia em que Imani não me peça emprestados papéis, um tinteiro e uma pena para escrever. Sentada na cozinha, rabisca não sei que manuscritos. Confesso-lhe que aquele é o único momento em que não me dá prazer sua presença. Acabei oferecendo-lhe uma pena, um tinteiro e uma resma de folhas com a condição de que fosse escrever longe, onde eu não a visse. Não sei porque razão me causa impressão ver um preto escrever. Apraz-me que fale a nossa língua com propriedade e sem sotaque. Contudo, sinto como uma invasão e domínio que eles possam ter da escrita (MIA COUTO, 2015, p. 269).

Conclusão

Este estudo analisou a questão do pertencimento híbrido e a crise de identificação social da protagonista Imani, da obras *Mulheres de cinzas* (2015), de Mia Couto, que foi assimilada e civilizada na Escola da Missão de Makomami: uma condição que suscitou a inveja paterna e o desprezo das moças e dos rapazes de Nkokoloni. Apesar de civilizada, segundo a ideologia colonial portuguesa, a moça, como as mulheres de sua etnia, sofria pela “dominação masculina“ (Bourdieu) e por uma compreensão do mundo das religiões *bantu*, segundo Paulina Chiziane.

A escritora canadense Linda Hutcheon afirma: “Quem está no poder controla a história. Entretanto, os marginais e os ex-cêntricos podem contestar, mesmo que continuem a ser por ela alimentados”. (HUTCHEON, 1991, p. 250). No caso de *Mulheres de cinzas*, Imani e Germano situam-se fora dos centros da administração militar, econômica, política e social do projeto de colonização portuguesa, da mesma forma, que o imperador Ngungunyane.

A nomeação da jovem, da etnia VanChopi, foi confusa: primeiro recebeu o nome da avó Layeluane, depois Cinza e Nova, e no final Imani, que remete a um questionamento: “Quem é?”. O próprio pai atribuiu-lhe “um nome nenhum” (MIA COUTO, 2015, p. 17).

Apesar de tais estranhas restrições familiares, ela, apesar de sua identidade híbrida, compreendeu sua missão social: a de representar “uma raça”, a negra, “uma tribo”, a VanChopi, e “um sexo”, o feminino, perdendo sua própria individualidade em prol de um ideal: o de narrar sobre a vida de seu clã e vizinhos durante a investida portuguesa com armas potentes para destruir o último Imperador de Gaza, no ano de 1895.

Referências

BRUNSCHWIG, Henri. **A Partilha da África Negra**. Trad. de Joel J. da Silva. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CHIZIANE, Paulina. **EU MULHER... por uma nova visão do mundo**. Belo Horizonte: Nadyala, 2013.

FLOIS, Cleonice A. L. Contextualizações estéticas e históricas em *Mulheres de cinzas*, de Mia Couto. **Travessias**, Cascavel, v. 14, nº 1, p. 332-353, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/23020>>. Acesso em: 20 mai. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUTCHEON, Linda. **Poéticas do pós-modernismo: História, teoria, ficção**. Trad. de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. Trad. de Pê Moreira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

MIA COUTO. **Mulheres de cinzas**. Livro 1 de *As Areias do Imperador: uma trilogia moçambicana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A COLONIALIDADE DO SABER: EUROCENTRISMO E CIÊNCIAS SOCIAIS. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://www.google.com.br/search?q=colonialidade+do+poder&authuser=0&sxsrf=A-LiCzsZrvq_qEkUvcsO6W8zt4QfI-UOlcQ%3A1667047732436&source=hp&ei=NCFdY-udGLvR1sQPj4S5uAg&iflsig=AjIK0e8AAAAAY10vRAM-. Acesso em: 22 out. 2022.

SANTOS, Boaventura Souza. Entre Próspero e **Caliban**: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, nº 66, p. 23-52, 2003.

ULTIMATO BRITÂNICO DE 1890. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ultimato_brit%C3%A2nico_de_1890#:~:text=O%20Ultimato%20brit%C3%A2nico%20de%201890,compreendido%20entre%20as%20col%C3%B3nias%20de>. Acesso em: 20 mai. 2022.